

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 73/21, que:

EMENTA: Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e dá outras providências.

RELATOR: Deputado JÚLIO ARCOVERDE

1-RELATÓRIO

Nos termos do inciso VI do art. 47 e art.s 59, 61 e 139 do Regimento Interno, recebi a presente proposição para emitir parecer, observando sua adequação aos princípios e normas esculpidos na Constituição Federal/88, Constituição Estadual/89, e demais normas atinentes à espécie.

Trata-se de Projeto de Lei originário do Poder Legislativo buscando instituir no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e dá outras providências.

Eis o relatório.

2-VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer conforme determina os artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Logo, verifico que a iniciativa dessa proposição ocorreu em conformidade com o art. 75 da Constituição Estadual, *não havendo, portanto, vício de iniciativa*.

Analisando o objetivo proposto no Projeto de Lei, comprova-se que o mesmo está em plena harmonia com os ditames legais aplicáveis a espécie, qual seja a Constituição Federal, Estadual bem como os Decretos Estaduais.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação dessa proposição em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Este é o meu parecer.

3-PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.



Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovaçãob) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 20 de dezembro de 2021.

Deputado JÚLIO ARCOVERDE Relator

TE DA COMISSÃO DE: